

TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA SAÚDE GINECOLÓGICA DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ciências da Saúde, Edição 122 MAI/23 / 12/05/2023

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7933028

Jandir saraiva sales¹

Sabryna Maria Lopes Gonçalves Rosa²

Rodrigo Souza de Castro³

Ana Carolina Gonçalves Pires⁴

Maria Claudia Noli Mendoza⁵

Liliane Félix dos Santos⁶

Thais de Arruda Reinehr⁷

Miguel Arcanjo Simas Novo Filho⁸

Ianca Caroline Portela de Aguiar⁹

RESUMO:

A revisão integrativa tem como objetivo analisar as tendências e desafios na saúde ginecológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Foram utilizadas as bases de dados Scielo e Google Scholar, com as palavras-chave “saúde ginecológica”, “vulnerabilidade social”, “mulheres”, “acesso aos serviços de saúde” e “desigualdades em saúde”. Foram selecionados 20 artigos, publicados nos últimos 5 anos, que abordassem a temática proposta. Os resultados mostraram que as mulheres em situação de vulnerabilidade social

apresentam uma série de desafios para acessar os serviços de saúde ginecológica, devido a fatores como baixa renda, desigualdade de gênero e acesso limitado aos serviços de saúde. As políticas públicas de saúde devem ser direcionadas para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de saúde ginecológica, especialmente para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde ginecológica; Vulnerabilidade social, Mulheres, Acesso aos serviços de saúde; Desigualdades em saúde; Brasil.

ABSTRACT:

The integrative review aims to analyze the trends and challenges in gynecological health of women in situations of social vulnerability in Brazil. The databases Scielo and Google Scholar were used, with the keywords “gynecological health”, “social vulnerability”, “women”, “access to health services” and “health inequalities”. Twenty articles published in the last 5 years that addressed the proposed theme were selected. The results showed that women in situations of social vulnerability face a series of challenges in accessing gynecological health services, due to factors such as low income, gender inequality, and limited access to health services. Public health policies should be directed towards improving access and quality of gynecological health services, especially for women in situations of social vulnerability.

KEYWORDS: Gynecological health; Social vulnerability; Women, Access to health services; Health inequalities; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A saúde ginecológica é uma das principais preocupações em relação à saúde da mulher. No entanto, mulheres em vulnerabilidade social enfrentam muitos desafios na obtenção de cuidados ginecológicos adequados. Esta revisão integrativa tem como objetivo analisar as tendências e desafios na saúde ginecológica de mulheres em vulnerabilidade social. As mulheres em vulnerabilidade social enfrentam diversas barreiras para acessar cuidados de

saúde, incluindo a falta de recursos financeiros, falta de transporte, e falta de conhecimento sobre os serviços disponíveis. Esses desafios são especialmente prevalentes em áreas rurais e remotas, onde o acesso aos serviços de saúde é limitado.

O acesso à saúde é um direito humano fundamental, mas muitas vezes é negado ou limitado a certos grupos populacionais vulneráveis. As mulheres migrantes venezuelanas que vivem na fronteira do Brasil são um desses grupos. De acordo com um estudo publicado na revista *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, essas mulheres enfrentam desafios significativos em relação à saúde sexual e reprodutiva, incluindo a falta de acesso a contraceptivos e serviços de aborto seguro (BAHAMONDES, 2020).

A integração de refugiadas mulheres também é um desafio significativo. De acordo com um estudo publicado na revista *Migraciones Internacionales*, as organizações não governamentais desempenham um papel importante na integração de mulheres refugiadas em São Paulo, Brasil (BARIANI PASTORELLI, 2019). Além disso, essas mulheres enfrentam desigualdades no acesso a serviços de saúde, incluindo cuidados ginecológicos. Isso pode ser atribuído a barreiras estruturais e institucionais, incluindo preconceitos e discriminação, falta de equidade de gênero e acesso limitado à educação sexual.

A falta de acesso a cuidados ginecológicos adequados pode ter graves consequências para a saúde da mulher, incluindo o desenvolvimento de doenças sexualmente transmissíveis, complicações na gravidez e parto e até mesmo o desenvolvimento de câncer ginecológico. Como tal, é essencial garantir que mulheres inseridas nesse contexto tenham acesso a serviços de saúde ginecológica de qualidade. A falta de acesso a produtos menstruais também é um problema significativo para mulheres migrantes venezuelanas. Um estudo publicado na revista *Sexual and Reproductive Health Matters* descobriu que muitas mulheres migrantes venezuelanas não tinham acesso a produtos menstruais adequados, o que afetava negativamente sua saúde e qualidade de vida (ROCHA, 2022).

Esta revisão integrativa irá analisar as tendências e desafios na saúde ginecológica de mulheres em vulnerabilidade social, a fim de fornecer insights importantes para melhorar o acesso a serviços de saúde ginecológica para mulheres que se inserem nesse cenário. Através da análise de artigos relevantes, esta revisão busca identificar intervenções eficazes para melhorar o acesso a serviços de saúde ginecológica para essas mulheres, bem como recomendações para políticas públicas e práticas de saúde.

2: METODOLOGIA

Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar os estudos publicados nos últimos 5 anos sobre a saúde ginecológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social no Brasil, utilizando as bases de dados Scielo e Google Scholar. As seguintes palavras-chave foram utilizadas: “saúde ginecológica”, “vulnerabilidade social”, “mulheres”, “acesso aos serviços de saúde” e “desigualdades em saúde”. A busca foi realizada em março de 2023, sendo encontrados um total de 91 artigos relevantes na base de dados Scielo e 250 artigos no Google Scholar. Os critérios de inclusão foram: estudos publicados nos últimos 5 anos, em português, que abordassem a saúde ginecológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social no Brasil, com enfoque no acesso aos serviços de saúde e nas desigualdades em saúde.

Foram excluídos os estudos que não atenderam aos critérios de inclusão ou que não estavam disponíveis na íntegra. A seleção dos artigos foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, foram avaliados os títulos e resumos de todos os artigos encontrados nas bases de dados, resultando na exclusão de 300 artigos que não atenderam aos critérios de inclusão. Na segunda etapa, foram selecionados 20 artigos a partir da leitura completa dos artigos restantes.

Figura 1 – Seleção dos artigos e descritores.

Base de dados	Combinação de Descritores	Quantidade de Artigos Encontrados
---------------	---------------------------	-----------------------------------

Scielo	“acesso aos serviços de saúde” AND “desigualdades em saúde” AND “Brasil”	87
Scielo	desigualdades em saúde AND Brasil AND saúde feminina	4
Google Scholar	“saúde ginecológica” AND “vulnerabilidade social” AND “mulheres” AND “acesso aos serviços de saúde” AND “desigualdades em saúde” AND “Brasil”	250
Google Scholar	acesso aos serviços de saúde” AND “desigualdades em saúde” AND “Brasil	16.400
Google Scholar	saúde ginecológica AND vulnerabilidade social	9.920

3:RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vulnerabilidade social é um importante fator determinante na saúde ginecológica de mulheres. O estudo de OLIVEIRA BARBOSA et.al (2019) demonstra que a população mais vulnerável apresenta maior risco para infecções genitais durante a gravidez e em sua maioria não buscam exames preventivos. Os dados epidemiológicos apresentados pelo estudo evidenciam a importância de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, principalmente para aquelas que se enquadram nesse tipo de situação.

No artigo “Saúde da Mulher, Gênero, Políticas Públicas e Educação Médica: Agravos no Contexto de Pandemia” o autor apresenta dados sobre a sobrecarga do sistema de saúde e a redução no acesso a serviços essenciais para a saúde da mulher, como o acompanhamento pré-natal e o tratamento de doenças ginecológicas. A educação em saúde tem um papel fundamental na promoção da mudança social e na melhoria da saúde da mulher em situação de vulnerabilidade. O artigo “A Educação em Saúde como Instrumento de Mudança

Social” destaca a importância da educação para a prevenção de doenças e a promoção da saúde, principalmente para populações vulneráveis.

A fragilidade em saúde é um problema também enfrentado pelas mulheres privadas de liberdade. O estudo “Vulnerabilidades em saúde vivenciadas por mulheres privadas de liberdade” destaca a necessidade de uma abordagem específica para a saúde dessa população, que muitas vezes enfrentam condições precárias de higiene e falta de acesso a serviços.

No artigo “Influência de Vulnerabilidades Sociais e Clínicas de Parturientes em Relação ao Perfil de Recém-Nascidos em um Hospital do Sul do Brasil” evidencia-se a relação direta entre a vulnerabilidade social das gestantes e o perfil dos recém-nascidos. Das parturientes 8% eram negras ou pardas com menos de 18 anos de idade, 0,60% em migração, e que fizeram uso de drogas sendo lícitas e/ou ilícitas na gestação, 1,50% e a com HIV e/ou VDRL reagentes incidentes em 2,30%. As mulheres que utilizaram drogas na gestação apresentaram mais intercorrências ginecológicas e/ou obstétricas em relação às não usuárias, além de um maior número de gestações. O estudo destaca a importância de ações voltadas para a promoção da saúde materna e neonatal, principalmente nessas populações. É importante frisar que as Regiões de Saúde situadas no Sul e Sudeste do país possuem menores barreiras de inserção ao cuidado de saúde, deixando claro que ainda persistem as desigualdades regionais (OLIVEIRA, 2019).

O estudo “Variáveis sociodemográficas e saúde mental materna em contexto de vulnerabilidade social” destaca a importância de se considerar fatores como raça, renda e escolaridade na análise da saúde mental das mães que enfrentam fragilidade social. Os resultados apontam para uma maior prevalência de transtornos mentais nesse grupo quanto maior eram as limitações no que se refere à educação de qualidade e ao planejamento familiar (TRINDADE, 2021).

A revisão bibliográfica “Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade” chama atenção para a alta prevalência de infecções sexualmente transmissíveis nesse grupo de mulheres e destaca a necessidade

de políticas públicas que garantam a prevenção, o diagnóstico e o tratamento adequado dessas doenças. Os autores apontam ainda a importância de abordar questões como violência sexual nesse contexto para se compreender o cenário em que essas mulheres se encontram.

O artigo “A saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde” aborda o tema sob o olhar das mulheres em situação de rua, destacando as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a importância de se pensar em políticas públicas que considerem a complexidade desse problema. O estudo ressalta ainda a necessidade de se considerar as especificidades de gênero na análise desse fenômeno. Já a pesquisa “Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis” chama atenção para a importância de se considerar as percepções das mulheres em relação às suas suscetibilidades à infecção por doenças sexualmente transmissíveis. Os resultados indicam que essas pacientes percebem essa desproteção social de maneira diferenciada de acordo com sua condição social e que fatores como renda e escolaridade influenciam nessa percepção.

O estudo “Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia” destaca a importância de se considerar as especificidades de 139 mulheres quilombolas. Os resultados indicam que essas mulheres enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde e apresentam uma série de problemas de saúde relacionados às condições de vida em que se encontram, apenas 51 (36,7%) mulheres afirmaram que buscaram consultas médicas, sendo que 45 (88,2%) relataram ter tido dificuldade no atendimento. Dessas, 44 (86,3%) se dirigiram ao SUS da cidade de Oriximiná, e 35 (68,6%) recorreram ao atendimento de emergência. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem essas especificidades para garantir uma melhor qualidade de vida em suas comunidades.

Ainda nesse contexto, o estudo sobre mulheres em situação de rua revelou a existência de múltiplas barreiras que dificultam o acesso dessas mulheres aos serviços públicos de saúde, além de destacar a importância de políticas públicas

que considerem as especificidades dessas mulheres (VALLE, 2020). Ainda nesse contexto, o estudo sobre vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais, por sua vez, apontou para a existência de barreiras institucionais e preconceitos por parte de profissionais de saúde que dificultam o acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, o que configura uma violação ao direito à saúde dessas mulheres (RODRIGUES, 2021).

O estudo “Vulnerabilidade social na gestação: aumento significativo de gestantes inseridas no CadÚnico no município de Lassance” apresenta resultados estatísticos sobre o aumento significativo de gestantes suscetíveis a fragilidade social inseridas no CadÚnico neste município. Esse aumento pode indicar a necessidade de políticas públicas específicas para essas mulheres, visando garantir o acesso a cuidados pré-natais adequados e prevenção de complicações na gestação (DE SOUZA PEREIRA, 2021).

O estudo “Câncer de colo uterino como marcador de exclusão a serviços de saúde e vulnerabilidade social” apresenta resultados estatísticos sobre a relação entre vulnerabilidade social e exclusão de serviços de saúde. A análise sociodemográfica do estudo em questão destacou raças não brancas (77,7%), sendo apenas 6,8% de escolaridade alta. O conhecimento sobre como fazer o Papanicolau atingiu 88,9 %, e a desinformação sobre o HPV atingiu 44,4%. Em relação ao impacto da doença neoplásica, 62,2% dos familiares mais jovens foram vacinados contra o HPV e 76,3% vincularam o diagnóstico à busca pelo exame preventivo em familiares com mais de 25 anos. O estudo aponta que mulheres com menor escolaridade e renda têm menor probabilidade de acessar o rastreamento e tratamento adequado para o câncer de colo uterino, o que evidencia a necessidade de políticas públicas para garantir o acesso igualitário à saúde para todas as mulheres (ARAÚJO, 2021).

O estudo “Vulnerabilidade para IST/aids em mulheres encarceradas” apresenta resultados estatísticos sobre a vulnerabilidade das mulheres encarceradas a infecções sexualmente transmissíveis e HIV. Os resultados sugerem que as mulheres encarceradas se envolvem em comportamento sexual de risco por meio de roteiros sexuais antes e depois do encarceramento e são suscetíveis a

IST/AIDS. O estudo aponta que essas mulheres apresentam uma alta prevalência dessas infecções, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam a prevenção e o tratamento dessas infecções em mulheres encarceradas.

O estudo “Fatores de risco para sífilis em mulheres: revisão integrativa” apresenta resultados estatísticos sobre os fatores de risco para a sífilis em mulheres. O estudo aponta que mulheres em situação de vulnerabilidade social, como aquelas com menor escolaridade e renda, têm maior probabilidade de contrair a sífilis. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam a prevenção e o tratamento adequado da sífilis em mulheres em situação de vulnerabilidade social.

4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres em situação de vulnerabilidade social enfrentam uma série de desafios em relação à saúde ginecológica, o que requer ações integradas para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços prestados. A revisão integrativa das referências apresentadas fornece uma visão ampla das tendências e desafios associados à saúde ginecológica dessas mulheres. Os estudos revisados destacam que as mulheres migrantes, as mulheres com deficiência e as mulheres em situação de pobreza e exclusão social são as mais afetadas por desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Um estudo destacou a negligência da saúde sexual e reprodutiva entre as mulheres migrantes venezuelanas na fronteira com o Brasil, o que pode levar a complicações na gravidez, infecções sexualmente transmissíveis e outras doenças ginecológicas. Outro estudo ressaltou que as mulheres migrantes também enfrentam barreiras no acesso a produtos menstruais. Além disso, as mulheres em situação de vulnerabilidade social podem enfrentar dificuldades para acessar serviços de saúde e para obter informações adequadas sobre seus corpos e saúde ginecológica (BAHAMONDES,2020).

Os estudos também destacaram a importância de se considerar as especificidades das mulheres em situação de vulnerabilidade social ao

desenvolver programas de saúde ginecológica. Um estudo examinou o papel das organizações não-governamentais no processo de integração de mulheres refugiadas em São Paulo, enfatizando a necessidade de uma abordagem centrada na mulher. Outro estudo ressaltou a importância de garantir o acesso à saúde para mulheres com deficiência, incluindo a promoção da higiene genital e o acesso a serviços de prevenção e tratamento de doenças ginecológicas.

A violência contra as mulheres também emerge como uma questão importante que afeta a saúde ginecológica das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Um estudo destaca que a violência contra as mulheres é uma crise global de saúde pública, com efeitos graves na saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Além disso, a desigualdade de gênero e raça foi destacada como um fator importante que contribui para o acesso desigual aos serviços de saúde, com mulheres negras e indígenas enfrentando maiores desafios.

É fundamental considerar que a saúde ginecológica não é apenas uma questão de saúde física, mas também de saúde mental e emocional. Estudos revisados mostraram que as mulheres em situação de vulnerabilidade social enfrentam estresse ocupacional e problemas de saúde mental no trabalho em saúde, o que pode afetar negativamente sua saúde ginecológica. Também é importante abordar questões culturais e de percepção do autocuidado, como um estudo que explorou a percepção do autocuidado entre trabalhadoras de uma cooperativa de material reciclável. É evidente que as mulheres migrantes, refugiadas e indígenas, possuem uma maior dificuldade em acessar serviços de saúde de qualidade e específicos para suas necessidades. As barreiras são inúmeras, desde a falta de informações e conhecimento sobre cuidados com a saúde feminina, até o preconceito e a violência institucional. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas sejam pensadas e elaboradas com base nas necessidades específicas dessas mulheres.

Ainda sobre a vulnerabilidade social, as mulheres portadoras do vírus HIV/AIDS também enfrentam desafios no acesso à saúde ginecológica. É necessário que sejam oferecidos serviços de qualidade e sem estigma para o acompanhamento e prevenção das doenças ginecológicas, incluindo o câncer de colo de útero e de

mama. Além disso, é importante ressaltar a necessidade de oferecer atendimento psicológico e social às mulheres que vivem com HIV/AIDS, uma vez que a condição pode impactar a saúde mental e o bem-estar dessas mulheres (FERNANDES, 2019).

Outro desafio enfrentado pelas mulheres é a desigualdade de gênero e raça no acesso aos serviços de atenção primária à saúde. É comum que mulheres negras e indígenas enfrentam mais dificuldades no acesso a serviços de saúde de qualidade, o que contribui para agravar as desigualdades socioeconômicas e de saúde. Por isso, é fundamental que políticas públicas e práticas de saúde levem em consideração as diferentes necessidades e realidades das mulheres, de modo a garantir uma atenção integral e equitativa.

A violência contra as mulheres também é um problema que precisa ser considerado na saúde ginecológica. Muitas mulheres são vítimas de violência sexual, física e psicológica, o que pode impactar sua saúde física e mental. É importante que os serviços de saúde estejam preparados para identificar e lidar com casos de violência contra as mulheres, oferecendo atendimento integral e acompanhamento especializado.

Por fim, é importante destacar a importância da educação em saúde para a prevenção de doenças ginecológicas e para a promoção do autocuidado. É necessário que as mulheres tenham acesso a informações precisas e de qualidade sobre saúde feminina, bem como sobre a prevenção de doenças e a importância de diagnósticos precoces.

5: REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Patrícia et al. Variáveis sociodemográficas e saúde mental materna em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 19, n. 3, p. 776-788, 2018.

ALVES, Gustavo Arruda et al. Influência de Vulnerabilidades Sociais e Clínicas de Parturientes em Relação ao Perfil de Recém-Nascidos em um Hospital do Sul do Brasil. **Revista da AMRIGS**, v. 66, n. 3, p. 810-816, 2022.

ARAÚJO, Fernanda Keller Leite et al. Câncer de colo uterino como marcador de exclusão a serviços de saúde e vulnerabilidade social. 2021.

BAHAMONDES, Luis et al. Maternal health among Venezuelan women migrants at the border of Brazil. **BMC Public Health**, v. 20, p. 1-8, 2020.

BARIANI PASTORELLI, Marcella. **The integration process of female refugees in Sao Paulo: the role of non-governmental organizations**. 2019. Dissertação de Mestrado. UiT Norges arktiske universitet.

CABRAL, Ana Lúcia Lobo Vianna et al. Vulnerabilidade social e câncer de mama: diferenciais no intervalo entre o diagnóstico e o tratamento em mulheres de diferentes perfis sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 613-622, 2019.

CONCEIÇÃO, Dannicia Silva et al. A educação em saúde como instrumento de mudança social. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59412-59416, 2020.

DE OLIVEIRA BARBOSA, Jessye; DA SILVA RIBEIRO, Thecia Larissa; DE LIMA, Liene Ribeiro. PREVALÊNCIA DE INFECÇÕES GENITAIS EM GESTANTES NORDESTINAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, v. 5, n. 1, 2019.

DE SOUZA PEREIRA, Vanessa et al. Vulnerabilidade social na gestação: aumento significativo de gestantes inseridas no CadÚnico no município de Lassance. 2022.

FERNANDES, Noêmia Fernanda Santos et al. Acesso ao exame citológico do colo do útero em região de saúde: mulheres invisíveis e corpos vulneráveis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00234618, 2019.

FERREIRA, Verônica Clemente et al. Saúde da mulher, gênero, políticas públicas e educação médica: agravos no contexto de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

GUERRA, Juliana Vidal Vieira et al. Fatores de risco para sífilis em mulheres: revisão integrativa. **Revista de APS**, v. 24, n. 3, 2021.

LÔBO, Márcio Pereira et al. Vulnerabilidade para IST/aids em mulheres encarceradas. 2019.

MOURA, Samy Loraynn Oliveira et al. Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2020.

NASCIMENTO, Veridiana Barreto do; ARANTES, Ana Carolina Vitorio; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210024pt, 2022.

ROCHA, Leila et al. Assessment of sexual and reproductive access and use of menstrual products among Venezuelan migrant adult women at the Brazilian–Venezuelan border. **Journal of Migration and Health**, v. 5, p. 100097, 2022.

RODRIGUES, Julliana Luiz; FALCÃO, Marcia Thereza Couto. Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais:(in) visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.

SOBREIRA LIMA, Aliciane et al. VULNERABILIDADES EM SAÚDE VIVENCIADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE. **Revista Científica de Enfermagem-RECIEN**, v. 11, n. 36, 2021.

SOUZA, Hákillia Pricyla De Jesus et al. INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 180-180, 2021.

TRINDADE, Raquel Elias da et al. Uso de contracepção e desigualdades no planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3493-3504, 2021.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco. A saúde de quem está em situação de rua:(in) visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e300226, 2020.

¹jandirsales@hotmail.com

HUGV/UFAM

²sabrynaalopes@hotmail.com

HUGV/UFAM

³rodrigocastroo@hotmail.com

UNINILTONLINS

⁴carolpirescarol@gmail.com

HUGV/UFAM

⁵mclaudianm95@gmail.com

HUGV/UFAM

⁶lilianefelix@hotmail.com

HUGV/UFAM

⁷thais_reinehr@hotmail.com

HUGV/UFAM

⁸Masnfilho@gmail.com

FAMETRO

⁹lancacarolinee@gmail.com

HUGV/UFAM

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

RevistaFT

A RevistaFT é uma Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp: 11 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Dra. Edna Cristina

Dra. Tais Santos Rosa

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte
de nosso time de revisores também!

Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil